

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário da Serra (C. gdi) Class.: 648

Data: 13.12.90

Pg.: _____

MISÉRIA CAUSA SUICÍDIOS NA ALDEIA KAIOWA

Somente este ano mais de 15 índios da reserva Kaiowá da região de Dourados se suicidaram em protesto a falta de esperança no futuro e contra a miséria. As tentativas de morte também chegaram a um número bastante alarmante, 23, embora todas fracassadas. Estas constantes formas de protesto que ocorrem neste subgrupo dos índios guaranis é decorrente ainda do choque cultural e principalmente religioso que o povo vem sofrendo atualmente. Várias seitas religiosas estão se instalando na região e a conversão dos índios acirra um conflito existencial, estraçalhando os referenciais indígenas. Muitos estudiosos já estão traçando parecer para definirem a causa de tantos suicídios e já dizem «que chega a um ponto onde o índio sabe que não pode ser branco, mas não é mais índio».

Estes fatos estão gerando uma grande preocupação entre os líderes das entidades indigenistas. O superintendente regional da Funai, Odenir Pinto Oliveira, que está em Campo Grande para uma visita e irá realizar vários trabalhos em prol ao povo, lembrou numa entrevista coletiva dada ontem sobre as providências que estão sendo tomadas pela entidade para tentar solucionar e acabar com este triste quadro. Segundo ele, vários pesquisadores já enviaram uns relatórios registrando a grande falta de consciência do «homem branco» em se tratando das questões indígenas.

Através destes relatórios, o superintendente, e sua equipe chegaram a ter indicativos para a causa das mortes por suicídio que vêm ocorrendo nas áreas dos kaiowás. O primeiro parecer da Funai é a questão da terra, onde

os índios estão sem espaço para realizarem suas atividades e seu universo terrestre está ficando cada vez menor. «A ocupação desordenada da terra destinada a este povo está atingindo diretamente suas origens e suas heranças», diz Odenir. Para ele, o índio não possui o hábito de posse e «não é o dono da terra, e sim a terra é seu dono», e por isso todas as lutas e infiltrações dos fazendeiros estão causando um choque muito grande entre os irmãos, levando-os a se matarem.

Outra atribuição do superintendente aos constantes suicídios é a falta de expectativa num futuro em face a grande miséria e a pobreza. O rompimento de desenvolvimento cultural através de outras maneiras de ressaltarem uma cultura não própria pode também ser um dos pontos relevantes que levam os índios, principalmente os jovens, a se suicidarem. «A forma de sobrevivência hoje é bastante desumana», afirma Odenir.

Uma antropóloga e pesquisadora que há seis anos cuida de questões culturais dos índios, Maria Aparecida Costa Pereira, foi contratada pela Funai e a partir de janeiro mudará de vez para a reserva e tentará definir os traçados mortais dos kaiowás. Esta pesquisadora busca respostas aos inúmeros fatos não comuns que acontecem ultimamente ao grupo.

Dentre as providências que serão tomadas pela Funai é agilizar a questão de demarcação de terras que está sendo feita por um grupo de trabalho do Ibama e Funai e é um dos principais motivos da visita do superintendente Regional a Campo Grande. Ele veio para verificar a situação dos 18 grupos guaranis da região de Amambai que estão sendo atingi-

dos por uma ação litigiosa de despejo feita, pela Polícia Militar e por fazendeiros, depois de ações perdidas pela Funai.

Outras aldeias que passam por situações não diferentes são a dos afoié-xavante e os guatós. Estes grupos não possuem nenhuma área de terra legal para a instalação e vivem atualmente em regime de semi-escravidão, segundo o superintendente. Um levantamento sobre as entidades históricas da reserva está sendo feito por técnicos da Funai e será enviado para o Ministério da Justiça que posteriormente levará a conhecimento do Presidente da República para a criação de um decreto e possivelmente uma ação em favor da Funai.

Os índios guatós reivindicam uma área de doze mil hectares na ilha de Bela Vista, onde segundo o povo é pertencente há muitos anos a eles e que foi tomada pelos fazendeiros. Até agora não há nenhum acordo entre índios e fazendeiros, e segundo Odenir não existe nenhuma possibilidade de acordo, pois os invasores já expulsaram os índios de suas terras sem levar em conta a questão cultural.

Após este levantamento histórico resgatando toda a importância da relação terra-povo, e levado ao Ministério da Justiça e à Presidência da República, será feito o processo de demarcação de terras. «Isto será demorado, mas esperamos conseguir», diz Oliveira. Em Mato Grosso do Sul, já existem 10 áreas na região noroeste demarcadas. Para a realização deste trabalho está sendo destinada uma verba federal de Cr\$ 1 bilhão e 900 milhões e, segundo o superintendente, para o próximo ano, uma das principais metas será a conclusão desta política indigenista.